



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO  
NO ESTADO DA BAHIA

Foi noticiado na versão digital de “O Estado de S.Paulo”, de 30 de abril de 2019, que o Ministério da Educação “*cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA*”. Segundo a reportagem, o Ministério vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus campus:

De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”.

Weintraub não detalhou quais manifestações ocorreram nas universidades citadas, mas disse que esse não foi o único ponto observado. Essas instituições também estão apresentando resultados aquém do que deveriam, disse. “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.” Ele, no entanto, não citou rankings.

De acordo com o MEC, as três universidades tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas, medida que entrou em vigor na semana passada. Os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, etc. Os recursos destinados ao pagamento de pessoal são obrigatórios e não podem ser reduzidos.

[...]

Questionado se essa forma de escolha caracteriza, na prática, uma “lei da mordça” nas universidades, ferindo a liberdade de expressão de alunos e professores, ele afirmou que todos “têm logicamente o direito de se expressar”, desde que o desempenho acadêmico esteja bom. “Só tomaremos medidas dentro da lei. Posso cortar e, infelizmente, preciso cortar de algum lugar”, afirmou. “Para cantar de galo, tem de ter vida perfeita.”

O MEC não esclareceu quais indicadores de desempenho chamaram a atenção da pasta. Weintraub disse ainda que reitores precisarão redobrar a atenção no caso de festas. “Se aluno se machucar por causa de festa, cortaremos verba.”

[...]

O ministro ainda acusou UnB, UFBA e UFF de queda no desempenho. No entanto, elas se mantêm em destaque em avaliações internacionais. O ranking da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO  
NO ESTADO DA BAHIA

publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos principais em avaliação do ensino superior, mostra que Unb e UFBA tiveram melhor avaliação na última edição.

Na classificação das melhores da América Latina, a Unb passou da 19.<sup>a</sup> posição, em 2017, para 16.<sup>a</sup> no ano seguinte. A UFBA passou da 71.<sup>a</sup> para a 30.<sup>a</sup> posição. A UFF manteve o mesmo lugar, em 45.<sup>o</sup>. Segundo a publicação, as três se destacam pela boa avaliação em ensino e pesquisa. E Unb e UFBA aparecem entre as 400 melhores instituições do mundo em cursos da área da saúde.

Carlos Monteiro, especialista em gestão pela Universidade de Michigan, ainda avalia como contraditório punir uma universidade com corte de recursos por apresentar queda na qualidade. "O ministro deveria querer entender os motivos dos maus resultados."

Sobre esses cortes, reportagem do portal G1 ouviu o reitor da Universidade Federal da Bahia, João Carlos Salles<sup>1</sup>:

"Não temos notícias sobre os critérios que são utilizados para avaliação do desempenho. Vamos indagar ao MEC, saber as motivações para esse corte de recursos e mostrar que não são pertinentes, porque a Ufba é um espaço de desempenho acadêmico positivo, com nossos indicadores melhorando a cada ano", disse Salles.

Cerca de 40 mil alunos são afetados pelo corte do orçamento, que entrou em vigor na última semana. Ainda segundo Salles, a universidade não foi informada previamente sobre a redução da verba. O reitor não soube informar a quantia que foi cortada.

"Constatamos o registro de bloqueios feitos no sistema. Esse corte foi feito no orçamento global da universidade, foi um bloqueio no orçamento anual".

O reitor da Ufba informou que os cortes atingem despesas que custeiam, por exemplo, gastos de água, luz, limpeza.

Sobre a alegação de "balbúrdia" por parte do ministro, Salles ponderou que não sabe o que gerou esse tipo de comentário.

"Eu não sei o que motivou esse tipo de comentário, porque essa noção [de balbúrdia] não se aplica à Ufba. Somos um espaço democrático e de liberdade de expressão, que promove um ensino de qualidade e um debate cuidadoso de temas de relevância para a sociedade. Não posso imaginar o que levou a tal tipo de observação", avaliou.

1 <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2019/04/30/nao-sei-o-que-motivou-o-comentario-diz-reitor-da-ufba-sobre-justificativas-do-ministro-da-educacao-para-cortes-em-verbos.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO  
NO ESTADO DA BAHIA

A respeito do que seria a “balbúrdia” promovida pelas universidades, mencionada pelo ministro, a Folha de São Paulo publicou, no dia de hoje, que “*Em 2018, a UFF foi palco de um rumoroso “ato contra o fascismo”, na reta final da eleição presidencial. Já a UnB foi palco recentemente de debates com Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL)*”<sup>2</sup>. Da mesma forma, no ano de 2018, a UFBA sediou a 13ª edição do Fórum Social Mundial, entre os dias 13 e 17 de março.

Considerando que, segundo especialistas ouvidos pela reportagem de “O Estado de S.Paulo”, as universidades mais prejudicadas pelos cortes de verbas (UFBA, UnB e UFF) tiveram bom desempenho acadêmico, é necessário apurar se se trata de retaliação pela realização de eventos e manifestações naquelas instituições, em possível violação ao direito fundamental à liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, previsto no art. 5º, IX, da Constituição, e à autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, prevista no art. 207.

É que a liberdade de expressão e a autonomia universitária pressupõe que o Estado não imponha meios que, mesmo indiretamente, inibam o exercício desses direitos.

Neste sentido, é preocupante a declaração do ministro que aparentemente pretende criar condições para a liberdade de expressão: “*têm logicamente o direito de se expressar*”, desde que o desempenho acadêmico esteja bom. “*Só tomaremos medidas dentro da lei. Posso cortar e, infelizmente, preciso cortar de algum lugar*”, afirmou. “*Para cantar de galo, tem de ter vida perfeita.*”

Dessa forma, devem ser apurados os critérios que embasaram o corte de verbas das universidades públicas federais, bem como se o governo pretende, com esse tipo de ato, restringir a liberdade de pensamento e promover o patrulhamento ideológico dentro dessas instituições de ensino.

Em que pese haver discricionariedade na alocação de recursos públicos, o administrador não é totalmente livre, devendo motivar suas decisões por critérios lícitos e técnicos, que justifiquem, de forma razoável, a tomada de decisão.

No caso em exame, caso a realização de eventos tenha efetivamente motivado a redução das verbas para universidades, deve ser apresentada justificativa de como essa medida é adequada para a melhora do ensino, pesquisa e extensão.

<sup>2</sup> <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/30/mec-bloqueia-30-do-orcamento-de-tres-universidades-federais-outras-unidades-tambem-sao-atingidas/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO  
NO ESTADO DA BAHIA

Ante o exposto, determino a instauração de inquérito civil público, vinculado à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da Bahia, para “apurar os critérios que embasaram o corte de verbas das universidades públicas federais pelo Ministério da Educação, bem como possível afronta à liberdade de expressão e à autonomia universitária”.

Como diligência inicial, determino que seja oficiado o reitor da Universidade Federal da Bahia, com cópia deste despacho, para prestar informações que entender cabíveis sobre a recente redução do orçamento da instituição pelo Ministério da Educação, tratando, se possível: a) dos critérios adotados para essa corte de verbas; e b) da suposta piora no desempenho acadêmico da instituição, em comparação com outras universidades federais que tiveram reduções orçamentárias inferiores.

Ilhéus/BA, 30 de abril de 2019.

Gabriel Pimenta Alves

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão